

Convenção sobre Diversidade Biológica / COP 13 - México



UNBIODIVERSITY
CONFERENCE
COP13-COPMOP8-COPMOP2
CUNCUN, MEXICO 2016

A 13ª Conferência das Partes no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica reuniu 167 países para discussão dos avanços nas políticas de conservação da biodiversidade e ratificação do Protocolo de Nagoia.

Outro tema amplamente debatido foi o reconhecimento do "sequenciamento digital de informação genética" como um "recurso genético". Assim, determinou-se que estudos fossem realizados a respeito do tema, considerando seus rebatimentos sob a Convenção da Diversidade Biológica e sob o Protocolo de Nagoia, por meio da criação de um grupo de trabalho, que estudará o assunto, de forma a subsidiar a próxima COP na tomada de decisão.

Foram acordadas medidas para implementação das Metas de Aichi para a Biodiversidade, com destaque a mobilização de recursos financeiros e ações sobre áreas protegidas.

Ressalta-se ainda a importante decisão pela ampliação da articulação da agenda da biodiversidade com outras agendas globais, incluindo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Acordo Climático de Paris.

COP 22

O DMA participou da Conferência do Clima, a COP 22 de Marrakesh, realizada no Marrocos, de 7 a 19 de novembro de 2016, onde se conseguiu o impossível, o consenso no combate à mudança do Clima. O processo foi considerado irreversível pelas autoridades francesas, avaliou o tenente-brigadeiro do ar Aprígio de Moura Azevedo, diretor

executivo de projetos da Fiesp.

A COP22 se deu sob a influência da entrada antecipada (em 4/11/2016) do Acordo de Paris com a rápida ratificação do documento pelos países, em suas instâncias nacionais, que somaram 55% dos países signatários e mais de 55% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). Em função dessa antecipação, não houve tempo hábil para estabelecer regras e diretrizes da CMA1 – instância operacional do Acordo de Paris – e seu regulamento de funcionamento. Por essa excepcionalidade, o Protocolo de Kyoto ainda permanece em vigor.

As atividades prosseguirão no âmbito da COP23, a ser realizada em Bonn, no final deste ano, sob a presidência das Ilhas Fiji.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Principais resultados da COP 22

- o Fundo Verde contará com aporte de US\$ 100 bilhões a partir de 2020 e concretização dos valores financeiros comprometidos, bem como financiamento de longo prazo;
- definição de ações de adaptação sob o Acordo de Paris (com foco nos países insulares e africanos);
- programas de trabalho de enfrentamento e financiamento para perdas e danos, conforme estabelecido no Acordo de Varsóvia (com foco nos países insulares e africanos);
- participação do setor privado no estabelecimento de metodologia e regras para precificação do carbono e planejamento para a economia de baixo carbono;
- regras e facilitação para transferência de tecnologia;
- reconhecimento da necessidade de investimentos globais de, no mínimo, US\$ 3 trilhões para incrementar a infraestrutura correlacionada à economia de baixo carbono com vistas à manutenção da temperatura do planeta 2° C abaixo do nível pré-industrial.

Aberta consulta pública ao documento-base para estratégia de implementação e financiamento da NDC brasileira

Página 02

Menos burocracia para o Licenciamento Ambiental

Página 02

Restituição dos valores de cobrança pelo uso da água é aprovada pelo CRH

Página 04

Resultados da COP22 e projeto para tornar reversível Usina Henry Borden da Poli-USP são temas do Cosema

Reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema) contou com apresentações abordando segurança hídrica e elétrica e os resultados da COP22, no Marrocos, realizada no ano passado.

Na ocasião o Tenente-Brigadeiro do Ar Aprigio de Moura Azevedo, diretor executivo de projetos da Fiesp fez relato sobre a participação da Fiesp na COP 22.

O engenheiro civil Sadalla Domingos, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), apresentou projeto de pesquisa, em andamento, sobre "Geração Hidrelétrica e Abastecimento de Água na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê". O objetivo do projeto é garantir o abastecimento e a geração de energia, levando-se em conta a extensa área impermeabilizada da área metropolitana de São Paulo, onde vivem 21

milhões de pessoas ou 10% da população brasileira, conforme alertou o palestrante.

A proposta dos pesquisadores da Poli é transformar a usina Henry Borden em usina hidrelétrica reversível, com o objetivo de estabilizar o sistema de distribuição de energia elétrica e de oferta de água.



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Aberta consulta pública ao documento-base para estratégia de implementação e financiamento da NDC brasileira

O Brasil assumiu, pelo Acordo de Paris, o qual entrou em vigor no plano internacional em 4 de novembro de 2016, o compromisso de implantar ações e medidas que apoiem o cumprimento das metas estabelecidas na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Para fins de planejar a implantação e o financiamento dessas ações e medidas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) articula a elaboração de uma estratégia nacional para a implementação e o financiamento da NDC brasileira. A título de insumo inicial a esse processo, produziu-se, no contexto de um projeto de consultoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um documento-base, com a finalidade de subsidiar a elaboração da Estratégia Nacional de Implementação e Financiamento da NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

Segundo o MMA, a elaboração da Estratégia Nacional será articulada entre o Governo Federal, Governos estaduais e

municipais, setores relevantes da economia e segmentos da sociedade, entidades representativas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e demais grupos interessados, por meio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, em Diálogos Estruturados a serem conduzidos ao longo do primeiro semestre de 2017, em Câmaras Temáticas no âmbito do Fórum.

Entidades interessadas em apresentar comentários sobre o documento-base podem encaminhá-los desde logo por meio do formulário disponível, enviando-o preenchido para o endereço eletrônico ndcdobrasil@mma.gov.br.

Os comentários recebidos até 15 de março de 2017 serão repassados ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com o objetivo de serem considerados pelas Câmaras Temáticas durante o processo de Diálogos Estruturados.

Fonte: MMA – adaptado.

Sumário executivo, disponível em:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/ndc/SumarioExecutivoNDC.pdf>

Documento Base, disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/ndc/NDCDocBase.pdf>

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, disponível em:

<http://www.mma.gov.br/clima/ndc-do-brasil>

Licenciamento Ambiental: judiciário mantém os efeitos da Liminar do CIESP que impede a alteração no cálculo de preços do licenciamento ambiental pela CETESB

Sentença proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, em 19.01.2017 e publicada no DOE em 30.01.2017, julgou procedente o pedido do CIESP, por meio de Mandado de Segurança Coletivo e Medida Liminar, para a anulação da Decisão de Diretoria CETESB nº 315/2015/C, editada em 28.12.2015, portanto a CETESB deve manter os cálculos dos preços das licenças ambientais com base no Decreto Estadual nº 8.468/1976, e suas alterações.

Os efeitos da Liminar são aplicados aos associados do CIESP, desde seu deferimento, em abril de 2016, quando o Mandado de Segurança Coletivo foi impetrado, assegurando que os preços calculados nos licenciamentos ocorram de acordo com o Decreto Estadual 8.468/1976 e não de forma indevida como proposto pela DD CETESB 315/2015/C.

A sentença reforça o atual procedimento, em que a empresa associada deverá comparecer à CETESB, portando a "Declaração de Associado" fornecida pela Regional do CIESP, juntamente com os demais documentos exigidos para sua tipologia de licenciamento.

Menos burocracia para o Licenciamento Ambiental

Publicação de licenças ambientais da Cetesb deixa de ser obrigatória nos jornais

Ao considerar a necessidade de desburocratização dos processos de licenciamento, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) editou a Resolução nº 102, de 21/12/2016, alterada pela Resolução nº 09, de 03/02/2017, determinando que não há mais exigência de publicação dos pedidos/recebimento das licenças ambientais no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e jornais de circulação regional. A dispensa vale para quaisquer modalidades de licenciamento e respectivas renovações inclusive nos casos de atividades sujeitas a avaliação de impacto ambiental (AIA).

As publicações eram exigidas como parte da documentação necessária para os processos de licenciamento ambiental junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que continuará a realizar tais divulgações nos seguintes meios de comunicação:

I- Diário Oficial do Estado de São Paulo.

II- Sítio eletrônico mantido pela CETESB: <http://www.cetesb.sp.gov.br/servicos/documentos-emitidos/>

Trata-se de mais um ganho na desburocratização administrativa e simplificação dos processos de licenciamento ambiental.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

CETESB tem novo diretor presidente

Em dezembro de 2016, o Engenheiro Carlos Roberto dos Santos assumiu o cargo de Diretor Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Profissional de carreira na Cetesb e técnico respeitável, estava à frente da Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental desde 2011 e é Diretor da Escola Superior da Cetesb, desde sua criação em 2013.

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

Para não perder os prazos, cadastre sua empresa no MONITORE – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS

Restituição dos valores de cobrança pelo uso da água é aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Valores indevidos foram aplicados aos usuários nas áreas das bacias hidrográficas do Tietê/Batalha e Tietê/Jacaré

A Fiesp e o Ciesp desenvolveram várias ações junto às secretarias executivas dos Comitês de Bacia Hidrográfica Tietê/Batalha (CBH-TB) e Tietê/Jacaré (CBH-TJ), para que fossem cumpridos os procedimentos legais relativos ao início da cobrança pelo uso da água na área destes comitês.

Não obtendo sucesso em suas solicitações, a Fiesp e o Ciesp terminaram pela interposição de recurso administrativo junto ao CRH, que foi avaliado pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral da Procuradoria Geral do Estado-PGE, as quais manifestaram pelo seu acolhimento.

Desta forma, o CRH aprovou a Deliberação nº 193/2016, que determina a revisão do cálculo dos boletos da cobrança da água nas áreas do CBH-TB e CBH-TJ, iniciadas em maio e agosto de 2016, respectivamente.

Fiesp e Ciesp solicitaram esclarecimentos às secretarias executivas dos comitês, quanto aos procedimentos visando

ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, bem como, que os boletos do ano fiscal 2017 sejam emitidos com as devidas correções, sem a necessidade de pedidos de revisão individuais de cada usuário nas bacias envolvidas.

Até o momento da publicação do Informe Ambiental, ainda não havíamos recebido resposta, portanto orientamos as empresas que receberam boletos de cobrança nessas bacias, a consultar as Secretarias Executivas dos comitês solicitando a revisão dos boletos, objetivando os descontos dos valores cobrados indevidamente.

CBH-TB

E-mail: comitetietebatalha@gmail.com

Tel: 18-3642-3655

CBH-TJ

E-mail: comitetj@yahoo.com.br

Tel: 16-3333-7010

Cobrança pelo uso da Água

Ato Convocatório para a Implantação da Cobrança pelo uso da Água



Todos os usuários outorgados de água devem confirmar e/ou alterar os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água nas Bacias relacionadas abaixo:

Baixo Pardo/Grande - de 02/01/2017 a 02/04/2017

Mogi-Guaçu - de 02/01/2017 a 02/04/2017

Pardo - de 02/01/2017 a 02/04/2017

Sapucaí-Mirim/Grande - de 02/01/2017 a 02/04/2017

Maiores informações:

<http://www.atoconvocatorio.dae.sp.gov.br> ou na Diretoria Regional do Ciesp

Retrospectiva 2016

Seminário Gestão da água: a crise não acabou e 11º Prêmio Água

O tema “Gestão da água: a crise NÃO acabou” foi escolhido para o evento anual que a Fiesp e o Ciesp realizam em comemoração ao Dia Mundial da Água, 22 de março, além de debater as lições aprendidas com a crise hídrica. O evento contou com a participação de Sandra Akemi Shimada Kishi, procuradora regional da República e gerente do projeto Qualidade da Água, do Ministério Público Federal, Marussia Whately, da Aliança pela Água, Américo Sampaio, coordenador de Saneamento do Estado de São Paulo e Ivanildo Hespanhol, diretor-presidente do Centro Internacional de Referência em Reúso de Água (Cirra) da Universidade de São Paulo (USP). Além dos painéis de debate, o evento contou com a apresentação dos cases da Aquapolo e da Ecolab.



Entrega do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água à Legal Embalagens, em sua 11ª edição.

Entrega do 11º Prêmio de Conservação e Reúso da Água

Na sequência do seminário ocorreu a cerimônia de entrega do 11º Prêmio de Conservação e Reúso de Água, para o qual 36 empresas se inscreveram. As vencedoras foram Legal Embalagens e Coca Cola Femsa.



Entrega do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água à Coca-Cola Femsa, em sua 11ª edição.

18ª Semana de Meio Ambiente Fiesp/Ciesp

Programação que reuniu diretores da entidade, membros do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, autoridades e especialistas para debater o Sistema Ambiental Paulista. Dentre os participantes, estiveram Otavio Okano, então presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Lia Helena Demange, Assessora técnica de gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, Fabio Feldman, ambientalista, Elizabeth de Carvalhae, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBA) e o brigadeiro Aprígio de Moura Azevedo diretor executivo de Projetos da Fiesp.

Na ocasião, como Secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), Patrícia Iglesias recebeu da Fiesp uma placa em homenagem aos 30 anos da SMA e Germano Seara foi homenageado por seus 25 anos como Secretário Executivo do Consema.

Entrega do 22º Prêmio de Mérito Ambiental

Solenidade que ocorreu na 18ª Semana de Meio Ambiente ocorreu com 56 projetos inscritos. As vencedoras foram Honda Automóveis e GED Inovação.



Seminário Produção e Consumo Sustentáveis

O evento contou com palestra de Marlúcio de Souza Borges, diretor-adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp (DMA) e apresentação do case da D-Paschoal: “Medir e testar antes de trocar – O consumo consciente como estratégia de construção de relações sustentáveis e duradouras no varejo”.

Retrospectiva 2016

8ª edição do Congresso Ecogerma e Prêmio von Martius de Sustentabilidade

Congresso trouxe para o debate dois temas centrais: a "Gestão da Água" e o "Acordo de Paris: as oportunidades para as energias renováveis". O Congresso contou com a participação de Samuel Barreto, gerente de recursos hídricos da TNC no Brasil, Cilene Victor, coordenadora do Centro Interdisciplinar de Pesquisas da Faculdade Cásper Líbero, Ana Paula Shuay, superintendente de negócios do Desenvolve SP, o brigadeiro Aprígio Azevedo, diretor de projetos da Fiesp, Antônio Celso de Abreu Junior, sub-secretário de Energias Renováveis do Estado de São Paulo, Alexei Macorin Vivia, diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); e Rafael Zambom, docente do European Energy Manager (Eurem).



II Seminário Internacional de Conduta Empresarial Responsável – Melhores Práticas Brasil e União Europeia

O interesse e entusiasmo das empresas na primeira edição do seminário em 2015 levaram a Fiesp e UE a reforçar a importância de trabalhar pela competitividade das empresas. A segunda edição do Seminário contou com a participação de João Gomes Cravinho, embaixador da União Europeia, Nils Grafström, presidente da Eurocâmaras, o brigadeiro Aprígio Azevedo, diretor de projetos da Fiesp, Gracia Fragalá, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp (Cores), etária especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (SDH), Denise Vellasco, coordenadora do Ponto de Contato Nacional do Brasil da OCDE, e Fabiana Moreira, subchefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores.



Campanha Água na Medida

A campanha foi encerrada em março de 2016 ultrapassando a marca de 1,4 milhões de redutores entregues.



Encerramento da campanha em março/2016

Redutores entregues	
Indústrias	358.400
Casas/Condomínios residenciais	26.200
Fóruns	18.050
Escolas/ Faculdades	68.700
Feiras/Eventos	303.850
Sindicatos	14.275
Prefeituras	40.315
Órgãos Públicos	24.010
Outras Entidades	49.300
Polícia Militar do Estado	24.200
Distribuição Av. Paulista	200.000
SEBRAE	300.000
Total entregues: 1.427.300	

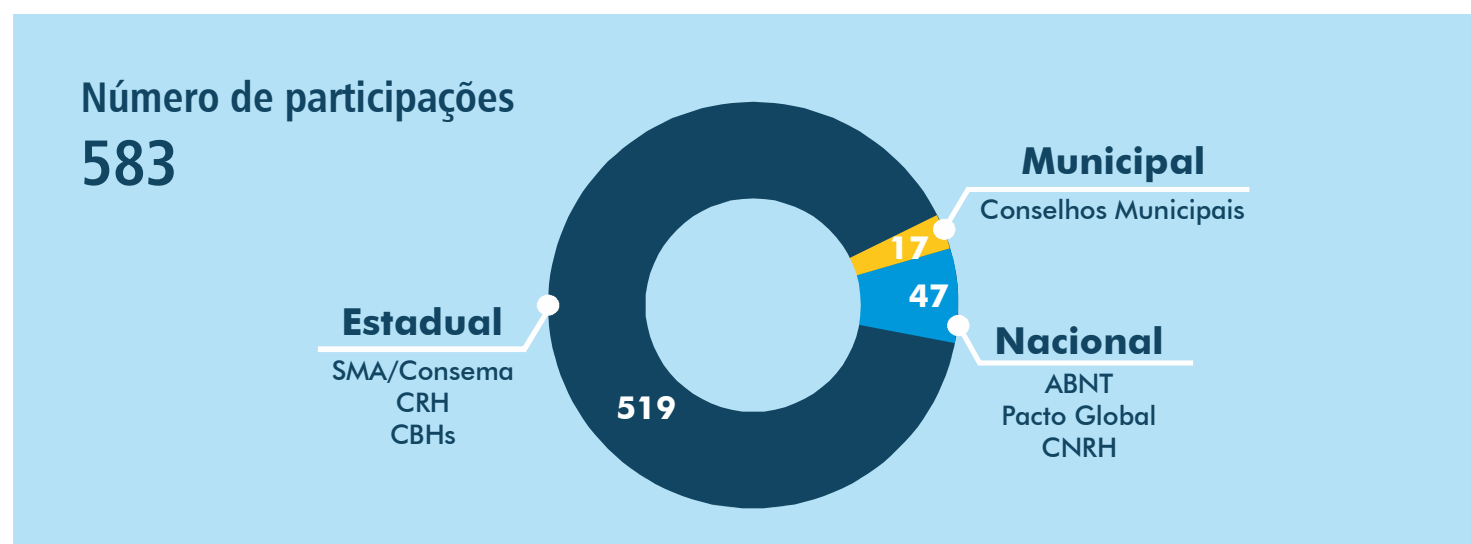
Retrospectiva 2016

Atuação DMA

Capacitações realizadas em 2016

Evento	Quantidade	Público
Cadastro Técnico Federal do Ibama	10 treinamentos	440 pessoas
Produção e Consumo Sustentáveis	4 eventos	200 pessoas
Atualização da ISO 14001 e Monitore	15 treinamentos	300 pessoas

Participação em Foruns/Colegiados



Destaques dispositivos legais e normativos

Licenciamento

Decisão Cetesb nº 210 de 28 de setembro de 2016
Disciplina o licenciamento ambiental de instalações portuárias no Estado de São Paulo.

Decreto nº 62.243 de 1 de novembro de 2016
Dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura, no Estado de São Paulo.

Mudança do Clima

Portaria MMA nº 150 de 9 de maio de 2016
Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dá outras providências.

Decreto Legislativo nº 140 de 16 de agosto de 2016
Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), celebrado em Paris em 12 de dezembro de

2015, e assinado em Nova York, em 22 de junho de 2016.

Fiscalização

Resolução SMA nº 49 de 31 de maio de 2016
Altera dispositivos da Resolução SMA nº 48 de 26 de maio de 2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Resolução SMA nº 51 de 31 de maio de 2016
Disciplina o procedimento e conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental.

Portaria Ibama nº 24 de 16 de agosto de 2016
Aprova o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental (RIF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Resolução SMA nº 83 de 5 de novembro de 2016
Acrescenta dispositivo à Resolução SMA nº 48 de 26 de maio de 2014 que dispõe sobre as condutas infracionais ao

RETROSPECTIVA 2016

meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Recursos hídricos

Resolução ANA nº 1254 de 24 de outubro de 2016

Dispõe sobre o critério para a decisão quanto ao deferimento de pedidos de outorga para diluição de efluentes tratados situados em rios de domínio da União intermitentes ou efêmeros, passando unicamente a verificação quanto ao devido tratamento do efluente, não sendo realizada a análise de disponibilidade hídrica do corpo receptor.

Deliberação CRH nº 189 de 14 de dezembro de 2016

Aprova o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo – base 2015.

Lei Estadual nº 16.337 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH

Ordenamento territorial

Resolução conjunta SMA/SAA nº 1, de 29 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a regularização ambiental de propriedades e posses rurais no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo, instituído pela Lei 15.684/2015, regulamentada pelo Dec. 61.792/2016.

Decreto nº 61.822, de 29 de janeiro de 2016

Altera o Decreto nº 61.792, de 11 de janeiro de 2016, que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo.

Áreas contaminadas

Decisão Cetesb nº 256 de 22 de novembro de 2016

Dispõe sobre a aprovação dos “Valores Orientadores para Solos e Água Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2016” e dá outras providências.

Resíduos Sólidos

Resolução SMA nº 24, de 19 de fevereiro de 2016

Institui a Coordenação e os Comitês de Apoio Executivo à Gestão de Resíduos Sólidos do Sistema Ambiental Paulista, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de integrar as ações relacionadas à Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Portaria MMA/MME nº 100 de 8 de abril de 2016

Estabelece que todo o óleo lubrificante usado ou contaminado disponível deverá ser coletado, ou alternativamente, garantida sua coleta pelos produtores ou importadores de óleo lubrificante acabado, mesmo que superado o percentual mínimo fixado por esta Portaria, bem como sua destinação final de forma adequada.

Decisão da Cetesb nº 120/2016/6 de 1º de junho de 2016

Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de estabelecimentos envolvidos no sistema de logística reversa, para a dispensa do Cadri e para o gerenciamento

dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos pós-consumo e dá outras providências.

Decreto nº 62.229 de 24 de outubro de 2016

Altera a redação do “caput” e incisos do artigo 27 do Decreto nº 54.645, de 1º de março de 2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Emissões Atmosféricas

Deliberação Consema nº 18 de 22 de agosto de 2016

Aprova a Classificação da Qualidade do Ar – Relação de Municípios e Dados de Monitoramento – proposta pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Decisão Cetesb nº 192 de 3 de agosto de 2016

Aprova o “Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (Prefe) – Setor das Indústrias de Pisos Cerâmicos e Mineração de Argila” – Região de Controle 6 (municípios de Santa Gertrudes, Rio Claro, Ipeúna e Cordeirópolis).

Decisão de Diretoria Cetesb 283/2016/C de 20 de dezembro de 2016

Altera o Cronograma de Ações do Plano de Redução de Emissões de Fontes – PREFE de 2014.

Biodiversidade

Decreto nº 8.772 de 11 de maio de 2016

Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Resolução SMA nº 57 de 5 de junho de 2016

Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 63 de 7 de julho de 2016

Institui a Comissão Científica e a Comissão Técnica para a atualização da Lista de Espécies da Fauna Silvestre ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo.

Áreas protegidas

Resolução SMA nº 54 de 5 de junho de 2016

Dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e por órgãos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplente.

Decreto nº 62.021 de 14 de junho de 2016

Institui o Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água, no âmbito do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de

RETROSPECTIVA 2016

Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água – Programa Nascentes, a ser implementado com emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – (FEAP/Banagro).

Decreto nº 62.061 de 27 de junho de 2016

Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.913 de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC).

Decreto nº 62.062 de 27 de junho de 2016

Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.790 de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (APRM-AJ).

Institucionais

Resolução SMA nº 30 de 24 de março de 2016

Dispõe sobre a localização das unidades descentralizadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como seus limites geográficos de atuação.

Resolução SMA nº 35 de 31 de março de 2016

Dispõe sobre a instituição e as diretrizes para o funcionamento de Comitê Temáticos, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, a fim de integrar as ações para o desenvolvimento sustentável no Estado de São

Paulo.

Resolução SMA nº 79 de 29 de setembro de 2016

Dispõe sobre o funcionamento da Ouvidoria Ambiental do Estado de São Paulo, estabelece orientações quanto aos procedimentos de apuração preliminar de possíveis infrações disciplinares, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 91 de 17 de novembro de 2016

Altera o dispositivo da Resolução SMA nº 16 de 3 de abril de 2007 que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Florestas (Seiflor), no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Apresentação de informações

Decisão Cetesb nº 69-P, de 12 de abril de 2016

Dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de informações técnicas à Cetesb.

Decisão Cetesb nº 9, de 14 de janeiro de 2016

Estabelece os critérios de que trata o artigo 1º da Resolução SMA nº 94, de 14 de dezembro de 2015, referente à exigência de acreditação de atividades de amostragem de águas subterrâneas.

Fóruns Ambientais

Os DMAs Fiesp e Ciesp têm como um de seus principais objetivos defender os interesses do setor industrial paulista em colegiados. Para tanto, são concentrados esforços na representação e participação em fóruns, comissões, conselhos, comitês, entre outros, de caráter deliberativo, normativo e/ou consultivo, de natureza governamental, empresarial ou do terceiro setor.

Veja as participações no período de dezembro de 2016 a janeiro de 2017.

Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações

Reunião realizada para a discussão de conteúdo das seguintes normas: i) Conservação de água em edificações e ii) Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações, que serão elaboradas em Grupos de Trabalho e Planejamento (GT) distintos, mas interativos, com participação de representantes da Fiesp e do Ciesp.

Federais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão de estudo especial para levantamento de passivo ambiental e avaliação de riscos à saúde humana

O grupo de trabalho de comunicação de riscos de áreas contaminadas deu continuidade à discussão da proposta sobre o conteúdo mínimo de um Plano de Comunicação de Risco, que segundo legislação vigente no Estado de São Paulo, deve ser apresentado em casos de áreas críticas.

Comitês de bacias

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

O Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiaí realizou reunião para aprovação do plano de aplicação plurianual para o período 2017-2020 e dos critérios para financiamento de projetos com recursos do Fehidro em 2017.

Enquadramento

O Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiaí aprovou a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3. Com metas para 2020 e 2035 a proposta aprovada será avaliada pela Câmara Técnica de Planejamento do

Conselho de Recursos Hídricos.

Regularização de poços

A câmara técnica de outorgas e licenças do Comitê PCJ apresentou proposta de regularização de poços para as cidades de Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, que será avaliada ainda pela plenária.

Eleições

O Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá habilitou 13 entidades representantes do setor industrial para participarem no próximo biênio 2017-2019, dentre elas, a Fiesp e nove diretorias regionais do Ciesp.

Paraíba do Sul (Ceivap)

Foram discutidas as regras para o processo de eleição dos membros paulistas no Comitê para o quadriênio 2017-2021. A data limite para as entidades se inscreverem para integrarem o Comitê encerra-se em 13 de fevereiro.

Monitoramento da qualidade de água

Reunião da câmara técnica consultiva que contou com a participação dos órgãos gestores estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, quando foi apresentada a situação do monitoramento da qualidade da água na bacia.

Planos de Bacias

A Câmara técnica consultiva do Comitê do Paraíba do Sul Federal discutiu o termo de referência que trata da conclusão da revisão do plano de bacias.

Vazão dos reservatórios

O Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas do Comitê do Paraíba do Sul Federal discutiu as condições de vazão dos reservatórios durante o período de chuvas e a entrada em vigor da deliberação conjunta que estabelece as novas regras operativas para sistema integrado.

Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá

Grupo de Trabalho Empreendimentos

O GT emitiu parecer favorável a modernização da refinaria PETROBRAS/REPLAN quanto ao cumprimento de todas as ações previstas na Deliberação Conjunta Comitês PCJ-058/2006.

Estaduais

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A compatibilização da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Estadual de Resíduos Sólidos continuou sendo pauta de discussão da Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Foram aprovados relatório da Comissão Temática de Biodiversidade sobre o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê e proposta de reestruturação das Comissões Temáticas do Conselho.

Comissão Temática de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias

A Comissão foi reinstalada e a FIESP foi eleita presidente.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Foi sancionado pelo governador Alckmin, o Projeto de Lei nº 192/2016, que se tornou a Lei Estadual 16.337/2016 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Na ocasião também foram aprovadas deliberações com diretrizes para acesso e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e a Deliberação nº 193/2016, que determina a revisão do cálculo dos boletos da cobrança da água nas áreas do CBH-TB e CBH-TJ, iniciadas em maio e agosto de 2016, respectivamente.

Câmara Técnica de Cobrança

Nesta reunião, após avaliar as alterações feitas no estudo de fundamentação do Comitê do Alto Paranapanema (CBH-Alpa) e a deliberação que aprovou a proposta de cobrança neste Comitê, a CT-Cob recomendou a revisão da Deliberação, afim de compatibilizá-la com os requisitos do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas

Foram avaliadas as ações realizadas em 2016 e discutidas as propostas de ações para o ano de 2017 que terão foco em: incentivos à regularização de poços profundos, contaminação das águas subterrâneas por nitrato e proteção do Sistema Aquífero Guarani (SAG).

Comitês de Bacia

Relatório de Situação 2016 - ano base 2015

Nas plenárias de dezembro, os comitês de bacias aprovaram os seus respectivos relatórios de situação 2016 – ano base 2015. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos é um instrumento de gestão que tem como objetivos, a avaliação da eficácia da aplicação dos Planos de Bacias Hidrográficas e subsidiar as ações dos poderes executivos e legislativos de âmbito municipal, estadual e federal.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

Os comitês de bacias (CBHs) aprovaram em dezembro, em suas respectivas plenárias, as deliberações acerca dos critérios para seleção dos projetos que receberão investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2017.

Eleições

Os Comitês do Alto Paranapanema, Sorocaba e Médio Tietê discutiram as regras para o processo de eleição das entidades para o biênio 2017-2019. A data limite para as entidades se inscreverem para integrarem os comitês encerra-se em 13 de fevereiro.

Agência de Bacia do Alto Tietê (Fabhat)

O candidato Hélio Suleimann foi eleito para cargo de Diretor Presidente da agência, sua posse ocorrerá em 13 de fevereiro.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Ocorreram eleição e posse dos representantes dos segmentos: Estado, Sociedade Civil e Municípios, para comporem o plenário do CBH-SJD para o biênio 2017/2019. A Fiesp foi reconduzida como representante do segmento usuários de recursos hídricos.

Mogi-Guaçu (CBH-Mogi)

O CBH-Mogi realizou reuniões para eleição dos representantes dos segmentos Estado, Município e Sociedade Civil para comporem o plenário referente ao biênio 2017-2019. Representando os usuários industriais no Comitê, a Fiesp e o Ciesp Ribeirão Preto ocuparão as vagas titulares e o Ciesp São João da Boa Vista ficará como suplente. Além do plenário, a FIESP também assumirá a função de vice-presidência do comitê.

Plano de Bacia

Os Comitês Turvo Grande; São José dos Dourados e Baixo Pardo e Grande realizaram adequações das metas e ações dos seus respectivos Planos de Bacia.

Baixada Santista (CBH-BS)

Reunião plenária para discutir a proposta de criação da Agência de Bacia no Comitê. Ficou alinhado que a plenária dará continuidade a este assunto após abril/2017 com as eleições dos novos representantes dos três segmentos para o mandato 2017-2019.

Alto Tietê (CBH-AT)

O Grupo Técnico de Consultas Ambientais elaborou a proposta de minuta do parecer técnico a ser apresentada na Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA), referente a análise do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da ampliação da Central de Tratamento e Valorização Ambiental - CTVA Caieiras - Aterro de Resíduos Domiciliares e Industriais.

Municipais

Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Realizado balanço da atual gestão e discussão das novas perspectivas e trabalhos para a nova gestão 2017-2019.

Ações Regionais e Setoriais

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)

DR Sorocaba

O DMA divulgou a ferramenta Monitore durante a Jornada de Negócios realizada pelo Ciesp Sorocaba.

Grupo de Meio Ambiente - DR Limeira

O encontro discutiu o tema cidades sustentáveis, interlocução com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e cronograma de ações para 2017.

Grupo de Meio Ambiente - DR Araraquara

A Diretoria Regional do CIESP Araraquara realizou a reunião inaugural do grupo de meio ambiente. Estiveram presentes representantes de diversos segmentos que discutiram o cronograma de trabalho e as principais novidades ambientais, como decisões da CETESB e restituição dos valores da cobrança pelo uso da água na bacia Tietê/Jacaré.

Eventos

Medidas de incentivo à indústria, agronegócio e meio ambiente

Evento realizado pelo Governo do Estado de São Paulo em que o governador Geraldo Alckmin anunciou pacote de medidas de incentivo à indústria paulista. As medidas estimularão investimentos e reduzirão custos operacionais da indústria de bens de capital, automobilística, do agronegócio e reciclagem

Logística reversa

Evento promovido pela Fecomercio para renovação da assinatura dos Termos de Compromisso de logística reversa estadual dos setores de pilhas e baterias portáteis; baterias automotivas e embalagens plásticas de óleo lubrificante.

Lançamento Sistema Monitoramento Plano Diretor

Evento de lançamento do Sistema de Monitoramento do Plano Diretor Estratégico que ocorreu na Prefeitura Municipal de São Paulo. O sistema permite monitorar e avaliar a implantação e resultados do plano diretor.

III Encontro Estadual das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental

Encontro organizado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho de Recursos Hídricos, com objetivo de compartilhar as experiências das câmaras técnicas de educação ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

Política Estadual de Resíduos Sólidos: propostas para o aperfeiçoamento da legislação em vigor

Participação no evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde foram debatidas propostas para a compatibilização da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.

Workshop “Programa de Assistência Técnica (PAT)”

O DMA participou do workshop promovido pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O banco está patrocinando a elaboração de um Programa de Assistência Técnica (PAT) com vistas à implementação de medidas requeridas para o fortalecimento da capacidade de prevenção e gestão de crises hídricas. O setor produtivo posicionou-se quanto as medidas necessários para ampliação da segurança hídrica nas diversas regiões do estado e, principalmente, o aperfeiçoamento e agilização dos instrumentos de gestão, como a outorga.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Convênio ICMS/Confaz nº 138, de 9 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a adesão do Estado do Rio Grande do Norte às disposições do Convênio ICMS 51/99, que autoriza a concessão de isenção nas operações com embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas, bem como nas respectivas prestações de serviços de transporte.

Resolução ANA nº 1595, de 19 de dezembro de 2016

Aprova o Detalhamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomites) e dá outras providências.

Resolução Conmetro nº 3, de 22 de dezembro de 2016

Dispõe sobre Aprovação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

Resolução Conmetro nº 4, de 22 de dezembro de 2016

Dispõe sobre Aprovação de Diretrizes Estratégicas para a Normalização Brasileira.

Resolução Conmetro nº 5, de 22 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno e da composição do Comitê Gestor do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida, e dá outras providências.

Resolução Conmetro nº 6, de 22 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação Quadrienal 2016-2019 do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida; e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL nº 6776/2016 - Institui o programa de destinação dos medicamentos vencidos Explicação: Altera a Lei nº 12.305, de 2010.

PL nº 6700/2016 - Obriga as empresas fabricantes de aparelhos de telefonia móvel a instalar pontos de coleta em todo território nacional, e dá outras providências.

PL nº 6643/2016 - Obriga o uso de material biodegradável na fabricação de cigarros.

PL nº 6641/2016 - Acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, para isentar os veículos de coleção do atendimento aos limites de emissão de poluentes.

PL nº 6615/2016 - Ficam proibidas a extração, produção, industrialização, utilização e comercialização do amianto em todo o território nacional.

Estadual

Deliberação CRH nº 188, de 9 de novembro de 2016

Estabelece o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas (PBH) e dá providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros do Fehidro.

Resolução SMA nº 95, de 8 de dezembro de 2016

Constitui Comitê de Integração dos Planos de Manejo com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais.

Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 98, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a suspensão das autuações e dos autos de infração ambiental, referentes às áreas de preservação permanente, reserva legal e de uso restrito, com uso rural consolidado, no período pré e pós-implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, e dá outras providências.

Resolução SMA nº 100, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a instituição de Comitês Temáticos, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Deliberação CRH nº 189, de 14 de dezembro de 2016

Aprova o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo - base 2015.

Deliberação Consema nº 30, de 14 de dezembro de 2016

Aprova o Relatório Anual da Qualidade Ambiental - 2016.

Deliberação Consema nº 31, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre composição das Comissões Temáticas.

Decisão Cetesb nº 283, de 20 de dezembro de 2016

Altera o Cronograma de Ações do Plano de Redução de Emissões de Fontes (Prefe) de 2014, e dá outras providências.

Resolução SMA nº 102, de 21 de dezembro de 2016

Disciplina o procedimento para publicações dos licenciamentos ambientais para as atividades que especifica.

Resolução SMA nº 104, de 26 de dezembro de 2016

Altera dispositivos da Resolução SMA 88/2008, que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 2, de 10 de janeiro de 2017

Altera e acrescenta dispositivo à Resolução SMA 30, de 24/03/2016, que dispõe sobre a localização das unidades descentralizadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como seus limites geográficos de atuação.

Resolução SMA nº 3, de 10 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ), Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criado pelo Decreto-Lei Estadual 11.908/1941.

Resolução SMA nº 4, de 10 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Manejo do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (PEMCJ), Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criado pelo Decreto Estadual 37.539/1993.

Decisão de Diretoria 031/2017/E, publicada em 28 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a aprovação de relatório do grupo de trabalho incumbido da avaliação de resultados da implantação do Plano de Controle de Emissões Atmosféricas (PCEA) e da proposição de ações e estratégias para aprimorar a gestão da qualidade do ar no Estado de São Paulo

Projetos de lei (PL)

PL 919/2016 - Torna obrigatório as farmácias e drogarias do Estado a manter recipientes para a coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado.

PL 889/2016 - Dispõe sobre a criação do "Programa de Sustentabilidade Ambiental" a ser implantado de forma facultativa, no âmbito do Poder Executivo.

PL 821/2016 - Institui a "Semana de Conscientização e Orientação sobre Reciclagem e Descarte de Produtos Eletroeletrônicos" no Estado.

PL 757/2016 - Autoriza o Poder Executivo a realizar o mapeamento e cadastramento das matas ciliares que precisam ser recompostas no Estado.

Novos critérios para compensação de supressão de vegetação

A Resolução SMA nº 7 publicada em 18 de janeiro de 2017 dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo.

Atente-se para os novos critérios.

A Resolução está disponível no endereço: <http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-no-07/>

OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS 2017

O Calendário de Obrigações Ambientais foi criado pela Fiesp e pelo Ciesp para alertar as empresas quanto as principais informações que devem ser encaminhadas anualmente aos órgãos ambientais e os seus prazos de envio, evitando multas e penalidades. A iniciativa contempla apenas as obrigações ambientais gerais nos âmbitos estadual e federal, por isso, o usuário deve ficar atento às possíveis obrigações ambientais municipais e também outros compromissos atrelados ao processo de licenciamento ou específicos para atividade que exerce. Veja abaixo as principais obrigações com prazos pré definidos na legislação vigente:

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1		2 3 4 5			5			5 6	7		5 8

1

Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos DAURH

Sobre pontos de captação nos corpos d'água de domínio da União, enquadrados nas vazões dispostas na resolução ANA nº 782/2009. Usuários de recursos hídricos que possuem condicionantes nas respectivas outorgas também devem preencher a declaração.

Prazo: 31/01

2

Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais RAPP

todos que exercem atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, descritas no Anexo VIII da Lei 6.938/1981. Além do relatório, todas as pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro Técnico Federal antes de 01 de julho de 2013 devem se recadastrar, atualizando e confirmando os dados cadastrais conforme previsto na Instrução Normativa Ibama nº 6/2013.

Prazo: 31/03

3

Cadastro Nacional de Operação de Resíduos Perigosos - CNORP

Obrigatório para pessoas jurídicas que exercem atividades de geração e operação de resíduos perigosos, conforme instrução normativa do Ibama nº 01/2013, no âmbito das atividades potencialmente poluidoras e das normas vigentes que regulamentam o CTF/APP.

Prazo: 31/03

4

Relatório do Protocolo de Montreal

Obrigatório para toda pessoa física ou jurídica que produza, importe, exporte, comercialize ou utilize qualquer substância controlada pelo Protocolo de Montreal, conforme disposto na Instrução Normativa do Ibama nº 37/2004.

Prazo: 31/03

5

Pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFASP

Devem ser realizados trimestralmente por aqueles que exercem as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000.

Prazo: próximo dia útil

6

Apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA

Documento para que o proprietário rural obtenha redução no Imposto Territorial Rural ITR, em até 100% sobre a área efetivamente protegida, conforme Instrução Normativa Ibama nº 5/2009.

Prazo: 31/09

7

Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa

Empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria Cetesb nº 254/2012 devem encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa para a Cetesb.

Prazo: 31/10

8

Cadastro Ambiental Rural - CAR

Todas as propriedades e posses rurais do estado de São Paulo devem preencher o Sistema de Cadastro Ambiental Paulista, o SICAR-SP. O **prazo** para realização da inscrição no CAR, foi estendido até 31/12/2017 por meio da Lei 13.295/2016.

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

Nota: Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré-definidos, existem outros prazos nos quais as empresas devem estar atentas e que variam de empresa para empresa como a **Autorização e Licenciamento Ambiental, Outorga de direito de uso, Cadastro de usuários de Recursos hídricos, Produtos Controlados**, entre outros. Entre no nosso site e conheça o **Monitore**, ferramenta desenvolvida para auxiliar no gerenciamento dessas obrigações.

Acesse: www.fiesp.com.br/monitore



23ª EDIÇÃO DO PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

MOSTRE QUE A SUSTENTABILIDADE VALE A PENA

O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental reconhece e homenageia indústrias que se destacaram e trouxeram resultados significativos na implementação de projetos ambientais e sociais no Estado de São Paulo.

Inscreva seu projeto ambiental e/ou social até 24 de março de 2017 e tenha suas ações reconhecidas. Participe!

Saiba mais em: www.fiesp.com.br/meritoambiental

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>.



FIESPAMBIENTAL

twitter.com/FiespAmbiental